# CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO – COMUI ASSEMBLEIA ORDINÁRIA ATA Nº. 013/2022 (Via Google Meet)

Aos três de maio de dois mil e vinte dois, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária do Conselho Municipal do Idoso do Município de Porto Alegre, via Google Meet, denominado PLENO VIRTUAL DO COMUI, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a Presidência de **NELI MIOTTO**, com a presença dos:

# CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL

- Luiz Dutra Niederauer, Sociedade Porto-alegrense de Auxílio aos Necessitados –
- SPAAN; Diego dos Santos Centeno, Associação Comunitária do Campo da Tuca ACCAT; Ana Beatriz da Silva Freitas, Sociedade Espírita Maria de Nazaré; José Alfredo
- Nahas, Parceiros Voluntários; Newton Luiz Terra, IGG PUCRS; Eleonora Kehles
- 15 Spinato, Clube de Mães Cristal; Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul;
- Ruy Pedro Baratz Ribeiro, Lar da Amizade; Elisiane Albuquerque, Asilo Padre Cacique.

## 17 CONSELHEIROS DO GOVERNO

- 18 Cássia Kuhn, Coordenadoria do Idoso/SMDS; Jair Monteiro Marros, Secretaria
- 19 Municipal da Fazenda SMF; Ana Luisa Madruga de Rodrigues, SMELJ; Maria da
- 20 Graça Furtado, FASC; Cristina Koller Sander, SMC; Ana Rosária Sant'Anna, SMS; e
- 21 Verônica Pereira, **SMGOV**.

# 23 **DEMAIS PRESENTES**

- Lira Rios, Gerência do COMUI; Patrícia Costa Ribeiro, Taquígrafa TG Taquigrafia.
- 25 Após a conferência de *quorum* foram iniciados os trabalhos da Ordem do Dia.
- 26 ABERTURA;

10

- 27 VOTAÇÃO ATA,
- 28 VOTAÇÃO PAUTA:
- 29 **Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul:** Boa tarde a todos e todas. Então,
- vamos iniciar a nossa plenária de hoje com a aprovação da Ata nº 06, que a Patrícia
- encaminhou hoje pela manhã. Eu não sei se alguém não conseguiu fazer a leitura.
- 32 Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães Cristal: Eu não li. Verônica Pereira,
- 33 Secretaria Municipal de Governança SMGOV: Também não li. Maria da Graça
- Furtado, FASC: Eu queria propor uma mudança na linha 850 da ata, ao invés de "dois
- 35 salários mínimos" eu propus que passasse para "um salário mínimo". É só isso. Neli
- Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Eu li a ata e não observei nenhuma
- incoerência dento daquilo que nós havíamos tratado. Então, para mim estaria ok. José
- 38 Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários: Eu li a ata e está ok. Cássia Kuhn,
- 39 Coordenadoria do Idoso/SMDS: Eu também fiz a leitura da ata hoje de manhã e não vi
- 40 nenhuma objeção também. **Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul:** Alguém
- qostaria de ler e deixar a aprovação depois ou colocamos em pauta? **Eleonora Kehles**

Spinato, Clube de Mães Cristal: Eu confio na leitura de vocês. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Então, aprovamos a Ata nº 06? Então, APROVADA A ATA Nº 06. Vamos para a votação da pauta. Então, alguma consideração em relação à pauta? Verônica Pereira, Secretaria Municipal de Governança – SMGOV: Sim, a Câmara de Projetos mantém só o projeto do Asilo Padre Cacique, os outros foram solicitados ajustes para as entidades. Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães Cristal: E na Câmara de Registros eu quero colocar para vocês também sobre o Lar Emanuel. Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães Cristal: Eu também preciso fazer uma solicitação, por conta da brevidade, né. Então, se eu puder falar e fazer algumas combinações com vocês a respeito das compras do edital emergencial. Eu gostaria de passar isso para o primeiro item da pauta, para que a gente consiga dar um retorno para o Banco de Alimentos, porque eles estão aguardando a nossa deliberação para aprovar as compras do edital. Então, a pauta está ok, é isso? Então, APROVADA A PAUTA. Então, vamos para o Projeto Emergencial:

#### - PROJETO EMERGENCIAL:

42

43

44

45

46

47

48 49

50

51

52

53 54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64 65

66

67

68

69

70 71

72

73

74

75

76

77 78

79

80

81

82

83 84

85

86

87

88

O Banco de Alimentos me chamou durante a semana para me apresentar os orçamentos que foram refeitos, por conta do tempo de um ano, né, que eram os orçamentos anteriores. Então, precisava se fazer novos orçamentos para a aquisição de material. Eles procuraram, inclusive, mais empresas, fizeram mais orçamentos para realmente ter a segurança dessa compra. E o que aconteceu? Aconteceu que os valores que nós tínhamos na época para a aquisição, por exemplo, de luvas, a luva custava em torno de R\$ 100,00 a caixa. Hoje a gente consegue comprar luva por R\$ 25,00, né. Então, em função das quantidades também se conseguiu baratear mais os itens. a pergunta que o Banco de Alimentos fez foi: nós compramos o valor total previsto de recursos ali no edital e aí compramos itens a mais e disponibilizamos a mais para as instituições, ou compramos a quantidade de itens estabelecida e devolvemos o recurso para o Fundo? Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães Cristal: Eu acho que não é o caso de outros itens, eu acho que a gente pode ampliar a quantidade de cada um dos itens. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Isso, Nora. Não são outros itens, é só a quantidade de itens que vai ser ampliada. Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães Cristal: Na minha opinião aumenta a quantidade dos itens, porque agora a luva voltou ao preço do tempo anterior à pandemia. Se conseguir comprar muito mais é melhor. Não tem porque devolver recurso ao Fundo. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: E a gente solicitaria ao Banco de Alimentos essa distribuição do mesmo percentual. digamos assim, uma quantidade maior para hospitais e ILPIs e para os grupos de convivência menor? Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães Cristal: Mas grupo de convivência não está aí, Neli. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Hum... É verdade! Esquece! Uma alternativa também, que eu havia pensado, é que talvez a gente pudesse comprar, tipo assim, triplicar as quantidades dos materiais, que são de uso mais contínuo. Por exemplo, álcool líquido, máscara, luva, água sanitária, que já estão ai dentro, mas esses itens talvez a gente triplicasse a quantidade, né, e os demais a gente pudesse manter as quantidades já previstas anteriormente. Porque, por exemplo, aventais, pró-pé, coisas assim, talvez não se tenha tanta utilização hoje como se tinha antes. Não sei também o que vocês pensam, álcool em gel também é uma coisa que tem se diminuído o custo, né. Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães Cristal: Eu acho que a gente pode triplicar o que é mais utilizado mesmo. Agora, não sei te dizer, talvez a Ana saiba quais são esses itens, e a Lisi, quem é das ILPIs, né. Ana Rosária

Sant'Anna, SMS: Na verdade, assim, esse material foi solicitado em função da pandemia, mas pode ser utilizado para outras questões. Quando tem isolamento, qualquer situação, qualquer doença infectocontagiosa, é material usado como precaução por doença respiratória, por doença de contato. Então, eu acho que para os hospitais, acho que também é importante ter avental, tocas, pró-pés. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: De qualquer forma nós manteríamos as quantidades já estabelecidas no edital desses itens. Como nós teremos, digamos assim, uma sobra de recursos, a gente quer saber o que a gente pode triplicar em quantidades para utilizar todo o recurso do edital e o que a gente mantém os números iniciais previstos, né. Ana Rosária Sant'Anna, SMS: Eu acredito, falando em hospital, né, que esses materiais são utilizados muito, porque no momento que tu estás em isolamento, dependendo do tipo de isolamento, quando é de contato, né, isolamento para doença infectocontagiosa, para contato com doença respiratória, é usado muito avental e tocas. Não digo triplicar esses, mas também acho que pode aumentar, porque é usado muito. Eu sugiro que possa aumentar, não digo triplicar, né. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Sim, até porque o valor não dá para triplicar. Por alto, a soma que a gente fez, mantendo a aquisição de todos os itens previstos, nós gastaríamos entre 700 e 800 mil. Isso conforme estava lá. Então, obviamente que algumas coisas a gente consegue duplicar praticamente todos os itens, né, mas alguns a gente consegue quase triplicar. É essa triplicação que a gente gostaria de saber quais itens. Elisiane Albuquerque, Asilo Padre Cacique: Referente à ILPI, o que a vigilância sanitária nos orienta utilizar? É água sanitária, sabão e álcool líquido ou gel 70%. Acredito que e desse para triplicar esse para nós e para as outras ILPIs seria maravilhoso. O uso dos aventais, as ILPIs ainda estão usando, porque cada caso suspeito o profissional tem que se paramentar, mesmo em caso suspeito. E a máscara, né, não sei que tipo de máscara vocês colocaram. Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães Cristal: É a N95 ou FP2. Elisiane Albuquerque, Asilo Padre Cacique: Essas também a gente utiliza bastante. Cada funcionário utiliza por uma semana. Claro, caso venha sujar ou se contaminar é trocado, se quiserem fazer a conta. A utilização dela, por orientação da médica, é de 7 dias, mas acho que a água sanitária, Presidente, se desse para aumentar, e o álcool. Eu não sei se vocês colocaram álcool líquido também, o 70. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Tem os dois. Elisiane Albuquerque, Asilo Padre Cacique: E saco de lixo tem? Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Não. Elisiane Albuquerque, Asilo Padre Cacique: A gente utiliza muito. Quando tem caso de surto a gente tem que botar o lixo contaminado no saco branco, daí vem uma empresa especializada para retirar, não pode colocar no lixo comum. Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães Cristal: Isso eu acho que a gente não consegue acrescentar, mas os demais sim. José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários: Eu não sei se não é o caso do gestor de parcerias que várias fazer essa autorização. Eu só estou colocando isso no grupo. É o Conselho que autoriza? Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães Cristal: É o Conselho. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Porque a plenária gera uma resolução com a autorização. Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães Cristal: Porque o recurso já foi aprovado. [Inaudível/interferência no áudio]. Verônica Pereira, Secretaria Municipal de Governança – SMGOV: O projeto é do COMUI, por isso que o COMUI precisa autorizar. A execução é feita pelo Banco de Alimentos, mas o projeto foi feito pelo COMUI. [Falas concomitantes]. Cássia Kuhn, Coordenadoria do Idoso/SMDS: Só um pouquinho. Em que pese qual é a necessidade ali, ele tem que no mínimo passar pelo Gestor de Parceria para essa autorização, para não gerar apontamento. Eleonora Kehles Spinato,

89

90

91 92

93

94

95

96

97

98

99 100

101

102

103

104105

106

107

108

109

110111

112

113

114

115

116117

118

119

120

121

122123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

Clube de Mães Cristal: Vai passar pela Câmara de Assessoramento para fazer essa avaliação. Cássia Kuhn, Coordenadoria do Idoso/SMDS: Sim, mas o gestor de Parcerias tem que autorizar qualquer alteração. Não pode autorizar sem que passe pelo Gestor da Parceria. Jair Monteiro Marros, Secretaria Municipal da Fazenda - SMF: Esse é o entendimento. Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães Cristal: Então, isso mudou dentro da SMDS e a gente não teve conhecimento disso. Jair Monteiro Marros, Secretaria Municipal da Fazenda - SMF: Pode ser. Cássia Kuhn, Coordenadoria do Idoso/SMDS: Desde que eu estou ali é essa a orientação. Eu texto que é o Gestor de Parceria que faz essa autorização. Na realidade, o que eu venho trazendo da minha carga esse já é um procedimento que vem sendo adotado em vários municípios, é sempre o Gestor de Parceria que faz isso e aqui, quando eu cheguei, não era diferente. Elisiane Albuguerque, Asilo Padre Cacique: Presidente, vamos ter que rever, porque o gestor do Fundo do Idoso é o COMUI. Quem autoriza e quem não autoriza é o COMUI. Então, se a SMDS tem essa nova alteração, vão ter que trazer para o pleno e ser conversado e discutido. Por lei, pela lei do COMUI e pela lei do Fundo do Idoso Federal, o gestor é o Conselho do Idoso. José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários: Desculpa, olha o marco regulatório, a Lei nº 13.019, ela é clara em dizer isso, que quem faz essa questão das despesas é o Gestor de Parceria. Eu vou trazer isso como testemunha como sociedade civil, isso no Conselheiro da criança deu uma celeridade nos processos enorme, porque o processo ima câmara, ia para a outra e hoje o gestor de parceria já decide de forma imediata uma alteração nesse sentido. Então, é só para contribuir, só estou chamando atenção senão vai ter problema depois lá na frente. O que está sendo feito agora é embasado no marco regulatório. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: O que me parece é que teve uma alteração, o COMUI não foi comunicado. Então, é importante que a SMDS possa nos trazer essas modificações. Quem é o Gestor de Parcerias dentro da SMDS? Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães Cristal: O Luciano. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Eu vou conversar depois da plenária com o Luciano. Aliás, eu vou mandar whats para ele agora, para que se junte conosco para essa discussão ou que ele de alguma forma nos oriente como fazer, porque o Banco de Alimentos está aguardado para que a gente possa, enfim, agilizar. Cássia Kuhn, Coordenadoria do Idoso/SMDS: É só a questão de alinhar isso, para que a gente possa agilizar, só para manter a coisa correta e evitar um apontamento. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Tudo bem. Eu preciso gerar uma resolução, aí não sei se vai ser ele ou o pleno. Então, vou ver essas coisas com ele. Jair Monteiro Marros, Secretaria Municipal da Fazenda - SMF: Presidente, é só uma questão de alinhamento que vai agregar valor ao COMUI e aos processos que estão em andamento. Como foi mencionado, o marco regulatório, no art. 61, determina que é o Gestor de Parceria. Então, nós tivemos um ganho de trabalho e de agilidade nos processos do Fundo da Criança e do Adolescente. Mas o Luciano é uma pessoa extremamente parceira, tem o entendimento e vai agregar valor. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Ok. Então, a questão do projeto emergencial eu vou verificar com o Luciano e a gente deixa encaminhado isso, que alguns materiais a gente duplica e outros a gente triplica. Essa é a posição do pleno, mas que a gente use todo o recurso disponibilizado. Então, vamos para a Câmara de Registros.

## - CÂMARA DE REGISTROS:

137

138

139

140

141

142

143144

145146

147

148

149

150

151

152

153

154 155

156

157

158

159160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178179

180 181

Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães Cristal: RESIDENCIAL GERIÁTRICO PORTO ALEGRE. Esse residencial já era cadastrado no COMUI com o nº 17, ele trocou

de endereço, por isso a nossa nova visita. Ele era na Rua Marcelo Gama e agora está na Rua Lucas de Oliveira. É uma casa maior, mais ampla, com dois pisos com capacidade para abrigar 20 idosos. Atualmente ela está com 18, sexo feminino e masculino, idade entre 65 a 97 anos. Dos 18 idosos 2 são grau I, 4 grau II e 12 grau III. Dos 12 grau III 4 utilizam sonda. A casa possui 11 quartos, 4 individuais, 5 com 2 leitos e 2 com 3 leitos. A maioria tem ar-condicionado e as camas com campainha. Há 3 banheiros adaptados no andar superior e 3 no andar inferior. A casa possui câmera de monitoramento nos dois andares. Posto de enfermagem no andar inferior, prontuário eletrônico, armários com pequenas portas individualizadas com as medicações dos idosos. Isso a gente achou interessante, não são só as caixinhas com medicações, eles têm portas separadas, tem armários individualizados. Eu ache muito boa essa forma. A sala de estar é ampla, com grandes janelas, com televisão e poltronas, refeitório também amplo. Nesse espaço também são realizadas atividades com arte-terapeuta cozinha com portas e janelas com telas, ampla, com armários para guardar alimentos. Equipe de trabalho: 2 enfermeiros, um de dia e um à noite, 6 técnicos de enfermagem, 6 cuidadores, nutricionista uma vez por semana, médico uma vez por semana, fisioterapeuta e fono com atendimento particular dos idosos, 2 cozinheiras e 1 serviços gerais. Atendimento de urgência pela SOS Unimed e Ecco Salva. Os idosos do residencial estão aguardando... Ah, nisso ele pediu para que a gente ajudasse, ele solicitou, os idosos estão aguardando a quarta dose da vacina Covid, 5 idosos positivaram em 2020. Eles não receberam ainda a guarta dose. E pela localização, ela me disse que a vacina é pelo Santa Marta, que sempre foi pelo Santa Marta. Então, se a Ana pudesse ver isso para a gente, porque eles não receberam ainda. A casa tem um jardim de inverno e também como lazer tem música terapia, terapeuta ocupacional e pet terapia. Todos os idosos do residencial do endereço antigo migraram para essa casa na Lucas de Oliveira. Os documentos, todos, alvará sanitário, PPCI e de localização, todos vigentes. Os valores são de R\$ 6 a 7 mil. Eu achei muito organizado, uma casa bem ampla, muito bom atendimento aparentemente. Então, a CÂMARA RENOVA O CADASTRO DO RESIDENCIAL E MANTÉM O NÚMERO 17, que era o cadastro original deles. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Alguma observação? Então, vamos votar. VOTAÇÃO: Jair Monteiro Marros, Secretaria Municipal da Fazenda - SMF: Aprovo. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Aprovo. Newton Luiz Terra, IGG PUCRS: Aprovo. José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários: Aprovo. Elisiane Albuquerque, Asilo Padre Cacique: Aprovo. Verônica Pereira, Secretaria Municipal de Governança - SMGOV: Aprovo. Ana Rosária Sant'Anna, SMS: Aprovo. Cristina Koller Sander, Secretaria Municipal da Cultura -SMC: Aprovo. Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães Cristal: Aprovo. Luiz Dutra Niederauer, Sociedade Porto-alegrense de Auxílio aos Necessitados - SPAAN: Aprovo. Cássia Kuhn, Coordenadoria do Idoso/SMDS: Aprovo. Ana Luisa Madruga de Rodrigues, SMELJ: Aprovo. Ana Beatriz da Silva Freitas, Sociedade Espírita Maria de Nazaré: Aprovo. Maria da Graça Furtado, FASC: Aprovo. Ruy Pedro Baratz Ribeiro, Lar da Amizade: Aprovo. Diego dos Santos Centeno, Associação Comunitária do Campo da Tuca - ACCAT: Aprovo. APROVADO O CADASTRO EXISTENTE. Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães Cristal: Nós recebemos, não para cadastro, mas para registro, o LAR EMANUEL. O Lar Emanuel tem o feminino, que é na zona norte e o masculino, que é na Restinga. Nós recebemos do feminino. Veio toda a documentação, nós tivemos uma reunião, uma conversa, inclusive, convidei a Graça, já que a Anira não estava, porque eles também têm algumas metas com a FASC. Nós conversamos com eles e dessa conversa a gente tirou o seguinte, o Lar Emanuel existe

184

185

186

187 188

189

190 191

192

193

194

195 196

197

198 199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209210

211

212

213

214

215

216

217218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

há mais de 30 anos, ele surgiu com o Pastor Araldo Xavier, com trabalho social para moradores de ruas e dependentes químicos. Ele tinha uma Kombi que passava nas ruas acolhendo as pessoas e fornecendo alimentação e moradia. O prédio que acolhia era um prédio cedido pela FASC, é um prédio de três andares. A raiz do trabalho social era da Igreja Batista. Chegou um tempo que não era mais possível não ter um atendimento técnico e por solicitação do Ministério Público o lar conveniou com a FASC em 2013, com 65 mulheres como albergagem e não acolhimento. A FASC buscou familiares e realizou encaminhamentos a serviços. Como não havia condições para atender esse número de pessoas, comunicaram ao MP e acordaram com a FASC que em 2015 passaram a atender 50 pessoas. A estrutura da casa comporta 40 pessoas, ali tem idosos, 40 entre idosos e não idosos. Tem não idosos, adultos, que entraram com 15 anos e já fazem 20 anos, 30 anos, que estão lá. O que é o objetivo da casa? É ir trabalhando, gradativamente, não trabalhando mais com a população idosa e fixar só nos idosos, acima de 60, né. Tem pessoas acolhidas há 20 anos que hoje estão com 50 anos, sem outras possibilidades de atendimento a não ser esse do lar. Hoje o atendimento aos idosos têm uma capacidade para 25 idosos. No entanto, há na casa somente 11 idosos. Então, existem 14 vagas para idosos no Lar Emanuel. Em 2020 houve uma readequação dos serviços com a tentativa de transferência das pessoas não idosas. O prédio tem três andares, não tem elevador. Há um quarto no andar térreo com 5 camas, tem uma moradora só grau III, que está em processo de transferência para a SPAAN. A idade dos idosos acolhidos varia de 61 a 82 anos. A grande maioria tem deficiência mental, esquizofrenia bipolaridade, entre outras e intelectual, 10 idosas são interditadas. Curadores tem dois, que são familiares, um da instituição e os demais são do Estado. Ele acolhe pessoas com um salário, com BPC, recebe recursos do Fundo Municipal de Assistência Social, em torno de R\$ 40 mil mensais e do Fundo Nacional o valor de R\$ 36 mil. A equipe de trabalho: 1 enfermeira 10 horas semanais, 8 cuidadores, 2 técnicos de enfermagem, 1 psicóloga, 1 cozinheira, 1 auxiliar de cozinha, 1 assistente social, 1 serviços gerais, 1 fisioterapeuta, 1 nutricionista, 1 arte-terapeuta, 1 médico voluntário. Em 2020 houve surto de Covid e todos moradores positivaram. Gente, assim, nós tivemos essa conversa, mas a coordenadora não estava na casa, nós não pudemos nesse dia fazer uma visita na casa. Nós fizemos depois a visita na casa. É um prédio grande, tem espaço físico superbom. O que acontece? Eles têm as maiores dificuldades que vocês possam imaginar e eles pegam só moradores, guase toda a população é morador de rua. Eles estão se organizando para se tornar uma ILPI, só atender idosos. Eles estão em um processo de organização, estão com estatuto que está contemplando idosos, estão se estruturando com essa equipe de atendimento. Não tem condições de atender grau III, eles estão atendendo grau I e II. Eles lamentam não conseguirem o alvará sanitário, por eles não serem uma ILPI e estão pedindo ajuda ao COMUI, orientação. Eles estão se estruturando para poder atender somente idosos. É uma casa, uma população difícil mesmo, todos eles guase com deficiência. Então, eu trago para vocês assim, como eles também têm pessoas que são adultas, né, que não são só idosos, que eles não têm onde colocar esses adultos, porque faz 20 anos que estão ali dentro e estão com 50 anos, daqui a pouco já são idosos, eles precisam colocar elevador na casa, eles não têm uma fonte para colocar elevador também. Eles têm acompanhamento da FASC, a parceria a Graça me explicou, que a parceria é com os adultos, que não são com os idosos ainda. Então, nós temos que orientá-los para que eles façam uma nova parceria com a FASC, mas eu acho que é nosso papel também, eles atendem uma população difícil, eu acho que é a gente orientar e ajudar eles a se estruturem melhor, porque eles têm um espaço físico muito bom para atender os idosos, eles estão com uma equipe técnica. Então, eu

232233

234

235236

237

238239

240

241

242

243244

245

246

247

248249

250

251

252

253

254

255

256

257258

259260

261

262

263

264

265

266267

268

269

270

271

272

273

274

275276

277

278

279

trago agui para a gente discutir se mesmo assim a gente vai registrar, dar o registro, que daí eles podem ter acesso ao fundo, a captar recursos e conseguir se estruturar. Eu acho que precisa de acompanhamento, tanto do COMUI quanto da FASC, que eles têm esse acompanhamento, né, só que é para a população adulta, não é para idosos. Maria da Graça Furtado, FASC: Tem uma supervisão, uma assistente social, a Mariana, que faz supervisão junto a casa e é isso que tu falaste, a parceria é com a população adulta, mas a FASC está orientando para que eles se organizem e atendam a população idosa, que seja futuramente uma ILP. É um processo de orientação mesmo. Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães Cristal: Eu não sei o que vocês acham, se a gente dá esse registro. Newton Luiz Terra, IGG PUCRS: Graça, esses pacientes que têm doenças psiquiátricas, há muito tempo que eu não frequento o Hospital Psiquiátrico São Pedro, trabalhei 20 anos lá uma época, né, e nós tínhamos muitos pacientes interditados com doenças psiquiátricas, que eram residentes e que tinham um tratamento adequado, vamos dizer assim. Esses indivíduos não podem ser transferidos para lá? Maria da Graca Furtado, FASC: Doutor Terra, eu gostaria muito de colaborar, né, mas assim, é um serviço que eu não acompanho diretamente, porque é da Proteção Especial. A Anira que conhece bem. Tem uma supervisora técnica na FASC que acompanha, que ela até pode, não sei, Nora, no próximo encontro nós termos a presença dela para colaborar nessa indagação, nesse questionamento do Dr. Terra. Eu não conheço, eu não pude fazer a visita que a Nora fez, que eu tinha outro compromissos. Então, eu não vou poder dar um retorno, eu não conheço essas pessoas. José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários: Eu vou me deter na questão do registro, Nora. Eu não sou contrário, só queria perguntar, como sou recente aqui no Conselho, né, a gente corre o risco de estar incorrendo, por exemplo, dando registro para a casa, para o Lar Emanuel, frente a outras regras que a gente já negou registro para outras instituições? Só estou colocando isso. Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães Cristal: Não, a gente não negou registro para ninguém que trabalhe com idosos, que comprovadamente trabalhem com idosos. E eles têm ali idosos, inclusive, tem vagas, estão abertas 15 vagas que podem ser ocupadas. né. Ana Rosária Sant'Anna, SMS: Em relação ao Hospital Psiquiátrico São Pedro, eles só internam em situação aguda, os pacientes crônicos já não ficam mais lá no São Pedro, não residem mais lá. Antigamente até ficavam um bom tempo, agora tem um local, que é que é uma área ali perto da AMRIGS, que é a Vila Cachorro sentado, quer dizer, na verdade, tem outro nome, que tem uma abrigagem para os pacientes egressos do São Pedro, que são crônicas. Só a título de informação. Newton Luiz Terra, IGG PUCRS: E esses idosos, essas pessoas com doenças psiquiátricas, que são pacientes crônicos, não poderiam ir para esse local? Ana Rosária Sant'Anna, SMS: Eu teria que ver, porque o que eu sei, esse local que fica ao lado ali da AMRIGS, é dos ingressos do São Pedro. Newton Luiz Terra, IGG PUCRS: Obrigatoriamente, têm que sair de lá? Ana Rosária Sant'Anna, SMS: Acredito que sim, mas eu posso me informar melhor. Newton Luiz Terra, IGG PUCRS: Não, só estou perguntando por que eles pegam moradores de rua, enfim e a ideia é tornar uma ILPI para idosos, Eu não sei quantos têm menos de 60, que estão com doenças psicológicas. Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães Cristal: São 15 com menos de 60 anos, quase todos eles, 11 que estão lá tem doenças psicológicas. Newton Luiz Terra, IGG PUCRS: Eu só perguntei se essas pessoas que já têm doenças psiquiátricas, né, se não seriam melhores assistidas em um hospital psiquiátrico. É só uma pergunta. Esses indivíduos teriam um atendimento mais humanizado em um serviço especializado. Cássia Kuhn, Coordenadoria do Idoso/SMDS: Eu estou na mesma dúvida que o José Alfredo, só que a minha dúvida é

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302 303

304

305

306

307 308

309

310

311

312

313314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

futura. Como nós temos esse lar que não é uma ILPI, tem pessoas com menos de 60 anos, nós não vamos abrir um precedente para que outras entidades que também tenham esse serviço e que abriguem alguns idosos, venham também a querer o registro? Já antecipo e faço uma sugestão para que nós coloquemos aí, quando da aprovação do registro, quando gerar o documento, a gente coloque o percentual de idosos, que é significativo em relação aos demais, para que figue bem amarrada a questão da aprovação e crie um precedente para outras entidades que venham a querer com um número menos expressivo de idosos. Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães Cristal: O compromisso conosco foi que não vão mais receber com menos de 60 anos. O que está lá, se eles não conseguirem deslocar para um local de atendimento, vão ficando, porque a maioria tem 50 anos. É não receber mais com menos 60 anos, é se tornar uma ILPI mesmo. Eu acho que é um local, eles estão com 15 vagas disponíveis, né. E deve ter muita gente que pode ir para o Lar Emanuel. O que vocês acham? O MP está acompanhando o Lar Emanuel, tanto o Dr. Edes, quanto a Dra. Odete, estão acompanhando. Ele achou importante o Lar Emanuel querer ser ILPI, mas temos que acompanhar. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Eu lembrei dessa fala do Dr. Edes, de que ele disse que o que a gente puder colaborar para que se abram essas ILPIs e se regularizem, né. No que a gente puder ir orientando para que a gente faça o cadastro. Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães Cristal: É registro, neste caso é registro. É só BPC, quase todos curatelados. Acho que tem um só que não é curatelado. Bom, o que vocês acham? Vamos dar o registro e ajudar essa instituição a se organizar? José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários: Coloca em votação. Maria da Graca Furtado, FASC: Independente do resultado da votação, nós podemos fazer uma reunião com a supervisora da FASC, a responsável pelo acompanhamento lá, para poder conversar também sobre a decisão do COMUI. O que eu senti da funcionária, ela está muito comprometida com o trabalho, querendo qualificar o atendimento, humanizar, com a possibilidade desse registro depois conseguir recursos através de projetos para a qualificação do espaço, principalmente a questão do elevador, que eles não têm. É bem importante isso, porque nós em geral temos muitas dificuldades de contribuir com as entidades mais frágeis, né. Há muitos critérios para fazer esse registro e a gente não consegue atingir aquelas que mais precisam. Então, parece importante, havendo acompanhamento. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Claro. Então, colocamos isso para aprovação. VOTAÇÃO: Jair Monteiro Marros, Secretaria Municipal da Fazenda - SMF: Aprovo. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Aprovo. Newton Luiz Terra, IGG PUCRS: Aprovo. José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários: Aprovo. Elisiane Albuquerque, Asilo Padre Cacique: Aprovo. Verônica Pereira, Secretaria Municipal de Governança - SMGOV: Aprovo. Ana Rosária Sant'Anna, SMS: Aprovo. Cristina Koller Sander, Secretaria Municipal da Cultura -SMC: Aprovo. Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães Cristal: Aprovo. Luiz Dutra Niederauer, Sociedade Porto-alegrense de Auxílio aos Necessitados - SPAAN: Aprovo. Cássia Kuhn, Coordenadoria do Idoso/SMDS: Aprovo com a ressalva do acompanhamento para que não seja recebido mais ninguém com menos de 60 anos. Ana Luisa Madruga de Rodrigues, SMELJ: (Sem áudio). Ana Beatriz da Silva Freitas, Sociedade Espírita Maria de Nazaré: Aprovo. Maria da Graca Furtado, FASC: Aprovo. Ruy Pedro Baratz Ribeiro, Lar da Amizade: Aprovo. Diego dos Santos Centeno, Associação Comunitária do Campo da Tuca - ACCAT: Aprovo com as ressalvas. APROVADO O REGISTRO COM O NÚMERO 76. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Antes de continuarmos na pauta, só queria retornar ao assunto do

329

330

331

332333

334

335

336 337

338

339 340

341342

343

344

345

346347

348

349

350

351

352 353

354

355

356

357 358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373

374375

projeto emergencial. Eu entrei em contato com o Luciano e expus para ele que o pleno orienta que se faça a aquisição dos materiais usando todo recurso disponível, duplicando alguns itens e outros triplicando, como água sanitária, álcool líguido, em gel, máscara, avental e luva. E aí eu falei para ele que o Banco de Alimentos estava pedindo uma resolução com urgência para fechar os pedidos e quem poderia gerar essa resolução. Ele informa que os procedimentos mudaram, seria com o Gestor de Parceria, mas que de qualquer forma o pleno continua deliberativo: "Se vocês aprovarem por resolução não há nenhuma irregularidade, eu faço um despacho no próprio processo corroborando a decisão do pleno. Caso queiram, podem aprovar sem problemas". Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães Cristal: Melhor. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Sim, porque aí é um trabalho conjunto, a gente gera essa resolução e ele endossa dentro do próprio conjunto para a gente dar celeridade, então. Vocês querem votar essa aquisição ou acham que não precisa? Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães Cristal: Mas eu acho que para sair a resolução temos que votar, né? Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Isso. Então, vamos votar? Verônica Pereira, Secretaria Municipal de Governança - SMGOV: Mas ainda vai ser indicado pelo Assessoramento quais são os itens que têm que ser cobrados a mais ou não? Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: O pleno vai fazer essa indicação, conforme o que a Ana, a Graça e a Elisiane se posicionaram aqui. Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães Cristal: Mas eu acho que seria importante a Câmara de Assessoramento que fez o projeto se manifestar também, né. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Pode ser, não vejo problema nisso. Só fico preocupada com a urgência que o Banco está pedindo, porque ontem eles já haviam pedido e eu protelei para hoje, por conta de trazer isso para a plenária. Hoje de manhã já me cobraram novamente, eu disse que somente à tarde a gente teria definição. A gente pode consensuar com o Banco de que eles façam a aquisição da quantidade que já estava estabelecida e que durante a semana a gente libera a resolução com os demais itens. Eu não sei se isso vai impactar no valor de compra, porque quando a gente faz um orçamento e solicita uma quantidade maior, a gente recebe esse desconto, se fracionara compra não sei se a gente consegue manter esse orçamento. José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários: Mas isso se resolve em 24 horas, já libera isso com a Câmara de Assessoramento. Verônica Pereira, Secretaria Municipal de Governança - SMGOV: Também acho, a gente pode aprovar aqui o aumento dos quantitativos e que depois do assessoramento combina direto com o Banco de Alimentos quais os itens. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Perfeito. Então, vamos votar. VOTAÇÃO: Jair Monteiro Marros, Secretaria Municipal da Fazenda - SMF: Aprovo. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Aprovo. Newton Luiz Terra, IGG PUCRS: Aprovo. José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários: Aprovo. Elisiane Albuquerque, Asilo Padre Cacique: Aprovo. Verônica Pereira, Secretaria Municipal de Governança - SMGOV: Aprovo. Ana Rosária Sant'Anna, SMS: Aprovo. Cristina Koller Sander, Secretaria Municipal da Cultura - SMC: Aprovo. Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães Cristal: Aprovo. Luiz Dutra Niederauer, Sociedade Porto-alegrense de Auxílio aos Necessitados - SPAAN: Aprovo. Cássia Kuhn, Coordenadoria do Idoso/SMDS: Aprovo com o posterior endosse do Gestor de Parcerias, conforme ficou ajustado ali. Ana Luisa Madruga de Rodrigues, SMELJ: (Sem áudio). Ana Beatriz da Silva Freitas, Sociedade Espírita Maria de Nazaré: Aprovo. Maria da Graça Furtado, FASC: Aprovo. Ruy Pedro Baratz Ribeiro, Lar da Amizade: Aprovo. Diego dos Santos Centeno, Associação Comunitária do Campo da Tuca - ACCAT: (Sem áudio). APROVADO O

377

378

379

380 381

382

383

384 385

386

387

388

389

390

391

392

393394

395

396

397

398

399

400

401 402

403

404

405

406

407

408

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

420

421

422

423

425 **AUMENTO DOS QUANTITATIVOS DOS ITENS NO EDITAL EMERGENCIAL. Neli**426 **Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul:** Aí a gente encaminha para o Luciano
427 assim que puder, para que ele possa também endossar, também encaminhar para a
428 **C**âmara de Assessoramento para que eles combinem as quantidades com o Banco de

Alimentos. Câmara de Projetos, Asilo Padre Cacique.

#### - CÂMARA DE PROJETOS:

429

430

431

432

433

434

435 436

437

438

439

440 441

442

443

444

445

446

447

448

449 450

451

452

453

454 455

456

457

458 459

460

461

462

463

464

465

466

467

468

469

470

471

472

Verônica Pereira, Secretaria Municipal de Governança - SMGOV: Então, é o Projeto Solidariedade – Essa ideia nunca envelhece, no valor de R\$ 16.034.552,55. Processo 22.0.000040169-6 O Asilo Padre Cacique acolhe atualmente 100 pessoas idosas com disponibilidade de mais 30 leitos preparados para atendimento emergencial de isolamento em situação do surto de Covid-19. Para ingresso no Padre Cacique a pessoa idosa não pode receber mais de um salário mínimo, podendo ingressar idosos que não possuem nenhum tipo de renda. A instituição se mantém através de doações da comunidade e da contribuição dos idosos residentes, no valor de R\$ 848,40, correspondente a 70% do salário mínimo, previsto no artigo 35 do Estatuto do Idoso. Os idosos que não possuem nenhuma renda recebem atendimento igual aos demais. O Padre Cacique oferece seis refeições diárias aos idosos e conta com um quadro de 89 profissionais. O presente projeto tem como objetivo geral manter e garantir a continuidade do atendimento integral e qualificado às pessoas idosas residentes através da oferta de alimentação, vestuário, medicamentos e recursos humanos especializados. Visa captar recursos financeiros e incentivo fiscal do Fundo Municipal do Idoso para suprir o custeio básico da vida diária dos idosos, moradores do Asilo Padre Cacique, por um período de 2 anos. O projeto apresenta três ações principais, suprir as necessidades básicas através da oferta de alimentação adequada e balanceada, medicação, material de limpeza e material de escritório. Manter o quadro de profissionais especializados no atendimento direto aos idosos, cumprindo as orientações da resolução da diretoria colegiada RDC-502, que dispõe sobre o funcionamento de ILPS e manter serviços e despesas administrativas para o funcionamento regular da ILPI. Considerando que o Asilo Padre Cacique acolhe 100 pessoas idosas em situação de extrema vulnerabilidade. sem renda ou no máximo com um salário mínimo. Considerando ainda que a instituição mantém no quadro de recursos humanos a estrutura física e a organização administrativa conforme as determinações e orientações da RDC-502. Que o pagamento de salários e encargos dos funcionários é a maior despesa da ILPI. Que o Asilo Padre Cacique conta apenas com a colaboração dos residentes que recebem um salário mínimo e com as doações da comunidade para a manutenção do atendimento. Que o projeto apresenta de forma clara e objetiva o processo metodológico, objetivos específicos, formas de avaliação e indicadores alinhadas ao objetivo de avaliação. Que o Asilo Padre Cacique é uma instituição de acolhimento às pessoas idosas na Cidade de Porto alegre, com grande reconhecimento social e humanitário. Justifica-se o PARECER FAVORÁVEL desta Câmera de Análise de Projetos. Solicitamos apenas que a entidade apresente o contrato de prestação de serviços médicos, especificando o objeto com atendimento prestado, carga horária executada, CRM do médico responsável, bem como sua especialidade. José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários: Só uma dúvida, a aprovação da carta está vinculado a depois eles mandarem esse esclarecimento? Verônica Pereira, Secretaria Municipal de Governança - SMGOV: Ela não está condicionada, pode ser mandado posteriormente. José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários: Mas se ela não mandar... Verônica Pereira, Secretaria Municipal de Governança - SMGOV: Para solicitação de recurso ela vai precisar mandar. Ela apresentou um contrato de Serviços Médicos, só que ele não estava tão especificado. Foi entrado em contato para verificar como que era o atendimento ao idoso, informaram por telefone e isso não ficou em contrato, nenhum documento estabelecido. Então, por isso que foi essa solicitação da câmera. Jair Monteiro Marros, Secretaria Municipal da Fazenda - SMF: Colaborando na redação aí do parecer, Verônica, entendo que tem que deixar claro que tem que alterar o contrato. Isso não ficou claro. Verônica Pereira, Secretaria Municipal de Governança - SMGOV: Se ela apresentar um contrato com essas especificações, ela vai ter que alterar o contrato ou fazer um novo contrato com o novo prestador de serviço. Jair Monteiro Marros, Secretaria Municipal da Fazenda -**SMF:** Eu acho que tem que ficar claro e cristalino que ela deve apresentar novo contrato, porque o apresentado não contemplou as nossas dúvidas. Verônica Pereira, Secretaria Municipal de Governanca - SMGOV: Alguma sugestão de redação? Jair Monteiro Marros, Secretaria Municipal da Fazenda - SMF: "Solicitamos que a entidade apresente novo contrato, constando os seguintes itens, além dos demais já expostos no contrato original". Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Mais alguma observação? Então, vamos colocar em votação. Verônica, por favor, leia a redação final. Verônica Pereira, Secretaria Municipal de Governança - SMGOV: "Solicitamos que a entidade apresente novo contrato de prestação de serviços médicos, especificando o objeto com o atendimento prestado, carga horária executada, CRM do medido responsável, bem como sua especialidade, além dos demais itens já apresentados no contrato original". Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Perfeito. Podemos colocar em votação. VOTAÇÃO: Jair Monteiro Marros, Secretaria Municipal da Fazenda - SMF: Aprovo. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Aprovo. Newton Luiz Terra, IGG PUCRS: Aprovo. José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários: Aprovo. Elisiane Albuquerque, Asilo Padre Cacique: Abstenção. Verônica Pereira, Secretaria Municipal de Governança - SMGOV: Aprovo. Ana Rosária Sant'Anna, SMS: Aprovo. Cristina Koller Sander, Secretaria Municipal da Cultura - SMC: Aprovo. Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães Cristal: Aprovo. Luiz Dutra Niederauer, Sociedade Porto-alegrense de Auxílio aos Necessitados -SPAAN: Aprovo. Cássia Kuhn. Coordenadoria do Idoso/SMDS: Aprovo. Ana Luisa Madruga de Rodrigues, SMELJ: (Precisou sair - ausente). Ana Beatriz da Silva Freitas, Sociedade Espírita Maria de Nazaré: Aprovo. Maria da Graça Furtado, FASC: Aprovo. Ruy Pedro Baratz Ribeiro, Lar da Amizade: Aprovo. Diego dos Santos Centeno, Associação Comunitária do Campo da Tuca - ACCAT: Aprovo. APROVADO O PARECER FAVORÁVEL.

#### - INFORMES:

473

474

475

476

477

478

479

480

481

482

483

484

485

486

487

488

489

490

491

492

493

494

495

496

497

498

499

500

501

502

503

504

505

506

507

508

509

510

511

512

513

514

515

516

517

518519

Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Nós temos alguns informes. Então, eu vou começar com relação à cadeira de rodas, o COMUI recebeu a doação de três cadeiras de rodas. Foi definido que uma cadeira ficaria na SMDS e ficamos de levar para o Fórum das Entidades, para ver qual instituição teria a necessidade maior dessas cadeiras. Nós tivemos a manifestação da SPAAN dizendo que necessitava e a manifestação do Lar Maria de Nazaré, dizendo que necessitava também de cadeira de rodas. Então, como nenhuma outra entidade se manifestou, vamos definir, aí preciso que a Lira gere uma resolução com essas informações para que o Luciano possa dar a destinação dessas cadeiras de rodas. Então, uma vai para a SMDS, uma vai para a SPAAN e uma para o Lar Maria de Nazaré. O Luciano pediu que isso fosse através de uma resolução para que ele pudesse anexar ao processo. Cássia Kuhn, Coordenadoria

do Idoso/SMDS: Não seria um termo de doação, Neli? Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Com a resolução ele faz um termo de doação. Cássia Kuhn, Coordenadoria do Idoso/SMDS: Perfeito! Elisiane Albuquerque, Asilo Padre Cacique: Eu só queria deixar à disposição, caso a SMDS ou a FASC necessite de cadeiras de rodas, o Asilo Padre Cacique já faz esse trabalho, quando a gente tem a mais a gente sempre empresta para a comunidade, aí não tem como ser para outra instituição, porque tem que ser através de doação e a gente faz através de empréstimo, né. Tem muitas pessoas aí com sequelas de Covid, principalmente idosos com o AVC, eles vêm e nos solicitam. Então, tem cadeira de rodas e tem cadeira de banho, quando precisar é só mandar um whats. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: É ótimo trazer essa informação, porque [Inaudível/interferência no áudio]... até podermos quardar essas cadeiras em algum local para empréstimo. Então, a gente já percebe que existe esse serviço de empréstimo à comunidade. E as nossas seriam como doação mesmo. Muito obrigada, Lisi. Alguma objeção a essas doações? Então, aprovamos as doações? Ok, então. Então, não precisamos fazer chamada, é consenso isso. Fica aprovado e registrado. APROVADA A DOAÇÃO. Deixa eu ir para os meus itens aqui: REUNIÃO MP DAS ILPIs. Nora, tu queres falar dessa reunião? Estava conosco a Eleonora, eu não consegui acessar o site do MP, a Eleonora foi a única que conseguiu entrar e eu acompanhei a reunião pelo chat com o Dr. Edes. Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães Cristal: Nós solicitamos, a Câmara de Registro já tinha discutido isso, para conversar sobre essas visitas que o COMUI faz, a vigilância faz e o MP também. Então, estava o Dr. Edes e a Doutora Odete. Então, o Dr. Edes acompanhando 120 ILPIs privadas e a Dra. Odete 140. Nós colocamos o que a gente estava observando nas visitas, a questão do número de funcionários, que nós achávamos reduzido, a questão da não classificação nos graus, que muitas vezes a ILP não tinha certeza de que era grau II ou grau III. Aquelas dificuldades que nós já conversávamos aqui. Bom, aí o Dr. Edes me disse, se eu lembrava que lá no início quando ele solicitou para a gente começar a cadastrar, que ele já tinha me dito. E era uma verdade, ele já tinha dito para mim, para a Lúcia e para a Anira que era para o COMUI cadastrar quando entrassem essas instituições. Então, essas questões de verificar número de funcionários, de alvará, de documentação, tudo isso, ele quer fique com o MP e com a vigilância. Então, ele até sugeriu, e a Odete também, que logo que entre a documentação no COMUI, que o COMUI já cadastre, gere um número e dê essa declaração. E nós vamos continuar fazendo as visitas, mas não vai ser determinante para dar a declaração. Mas, se nós encontrarmos alguma coisa que foge do padrão mais normal, alguma coisa muito séria. que a gente faça a denúncia para o MP e para a vigilância. Então, ele disse que nós não precisamos depender do alvará sanitário para não dar o cadastro ou do que nós achamos que tem um número insuficiente de funcionários. Eu disse que dificilmente a gente nega em função de alvará sanitário, porque nós aceitamos o protocolo. Então, essa reclamação de algumas ILPIs para eles não era real, mas que sim, que nós determinávamos que dava a declaração após a visita. Então, ele disse que nós não precisamos nos preocupar com isso, que é para a gente cadastrar quando chega a documentação. O COMUI precisa saber que aquela instituição trabalha com idosos e onde ela está, onde ela existe. E que depois nós podemos fazer essa lista, continuar fazendo a lista e fazendo as visitas. Realmente, eleja tinha dito, nós é que não obedecemos mesmo, porque a gente achou que era importante a gente fazer toda essa na e segurar isso. Eu disse que só um dos fatos que a gente não deu cadastro, encaminhou para a vigilância sanitária e tudo mais, que era a Casa Geriátrica Vovó Luiza. Inclusive, a Dra. Odete colocou para nós que a Vovó Luiza guase semanalmente

520

521

522

523

524

525

526

527

528

529

530531

532

533

534535

536

537

538

539

540 541

542

543

544

545

546

547

548

549

550

551

552

553

554555

556

557

558

559

560

561

562

563564

565

566

567

vem denúncias de maus tratos, continua. O Dr. Edes achava que ela estava bem complicada e eles estão atrás das outras três ILPIs que ela tem e que a gente não sabe onde estão. Então, conversamos bastante sobre isso. Newton Luiz Terra, IGG PUCRS: Eu tenho uma pergunta e um comentário. Tu citaste que nessa conversa ele disse que o Conselho poderia continuar fazendo as visitas e se tivesse alguma coisa que fugisse do padrão, eu quero saber o que é 'fugir do padrão". Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães Cristal: Ele disse alguma coisa muito grave que nós verificassemos. Eu perguntei isso para ele também. É algo muito grave, muito gritante, assim, que nós considerávamos que não daria de jeito nenhum para dar um cadastro, que era para nós denunciarmos para o MP e para a vigilância, que eles iriam atender, eles iriam até lá. Newton Luiz Terra, IGG PUCRS: E assim, todo mundo sabe que as farmácias têm um farmacêutico responsável, é lei. O que esse médico pensa de um profissional assistir um residencial uma vez por mês? Ele tem alguma opinião a respeito disso? Eu tenho visto vários aqui. Então, o que é fugir do padrão? Botar um médico para atender uma população que tem em média 7.2 doenças, em média, para ir uma vez por mês. Isso é fugir do padrão? Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães Cristal: Eles consideram que não é o COMUI que tem que fazer essa análise. Newton Luiz Terra, IGG PUCRS: Eu entendi. Mas eu de fora acho totalmente fora do padrão uma instituição que atende uma população, que mesmo que tenha parceria com a SOS Unimed, com Ecco Salva, mesmo que esses idosos tenham assistência no posto de saúde ou na UPA, que o profissional que vai trabalhar com uma população "x" que tem esse número absurdo de doenças vá uma vez por mês. Na minha opinião isso já é fora do padrão, por isso eu perguntei. O Padre Cacique está colocando um projeto à aprovação em que o profissional trabalha diariamente, porque diariamente tem que ter um médico assistindo. Então, por isso que eu perguntei o que é para o Dr. Edes fugir do padrão. Eu acho que um médico ir uma vez por mês é totalmente fora do padrão. Na minha opinião. Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães Cristal: De todas essas que nós já visitamos, se tem duas ou três ILPIs privadas que tenha um médico de 15 em 15 dias é muito. Todas elas, inclusive, aquelas que cobram valores superconsideráveis, mais de 10 mil. Eles sempre dizem que se acontecer alguma coisa chamam o médico que ele atende, mas a rotina de visita deles é uma vez por mês. Newton Luiz Terra, IGG PUCRS: É como aquela lei que a Cássia citou esses tempos, lógico, assinada em Brasília, que colocava um número de profissionais para atendimento a idosos com Alzheimer, um número absurdo e está em lei. Vejam só! Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Eu acho que talvez no dia 15, talvez a gente possa chamar o MP que propor essa discussão... [Falas concomitantes]. Cássia Kuhn, Coordenadoria do Idoso/SMDS: O nosso movimento tem que ser muito além daqui, aqui embaixo, como eu digo, a gente não tem muita força para trabalhar, a gente vai ter que correr muito mais longe. Newton Luiz Terra, IGG PUCRS: É porque essas pessoas que assim lá nos gabinetes de Brasília deveriam passar uma semana no Padre Cacique antes de assinar qualquer coisa. [Falas concomitantes]. Tem que ver o que é a realidade. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Então, isso a gente trouxe a título de informe, porque eu tenho outra reunião e esse foi o nosso informe. Terminou, Nora? Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães Cristal: Sim. Sobre ILPIs sim, depois ele falou que está preocupado também com a questão das modificações das leis do Conselho aqui, dos repasses atrasados, que há muito tempo ele já mandou recomendações para a Prefeitura sobre a questão dos repasses. E ele sempre referenda que quando a sociedade civil, que o recurso não é do poder público, é da sociedade civil e quando a sociedade civil decide o poder público tem que cumprir.

569 570

571

572573

574

575

576

577

578

579

580

581

582

583

584

585

586

587

588

589 590

591

592593

594

595

596

597

598

599

600

601

602

603

604

605

606

607

806

609

610

611

612

613

614

615

Então, ele fala dos prazos, ele nos ajudou em muitas outras situações e ele continua, ele perguntou para nós como estão as modificações das leis no Conselho. Aí foi exposto lá o que nós vamos enfrentar ainda. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Então, a gente emenda e fala da reunião com o Dr. Eugênio, né, do TJ, que solicitou uma reunião para falar da criação de um Comitê Municipal Interseccional, para que a gente discuta as questões de saúde, as questões de meio ambiente e as questões da população idosa também nesse comitê. É para falar sobre o acolhimento da pessoa idosa, mas, especificamente, acho que isso foi um dos assuntos que ele colocou na pauta para que a gente comparecesse à reunião, porque no final a gente percebeu que, obviamente, ele quer fazer esse movimento do acolhimento, enfim, desse olhar sobre o acolhimento da pessoa idosa, mas que no decorrer da conversa ele deixou bem claro que estava conversando com o COMUI a partir de uma solicitação do Prefeito. Ele foi numa reunião com o Prefeito para falar, obviamente, sobre o acolhimento da população idosa e o pagamento, né, na verdade, o custeio que a Prefeitura estaria fazendo de vagas em unidades privadas, desses processos que estão julgados já e que a Prefeitura precisa executar. Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães Cristal: Segundo ele, antes dele dar o canetaço, ele quis falar com o Prefeito, porque já tem vagas com trânsito em julgado e já há bloqueio de valores da Prefeitura. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Exatamente isso. E ele disse que conversou com o Prefeito, né, e que o Prefeito pediu que ele conversasse com o COMUI para ver até onde, se o COMUI poderia colaborar com esses custeios e com esse projeto de acolhimento, digamos assim, pagando vagas em nome do poder público. Na reunião estávamos eu, a Anete, a Eleonora e a coordenação do Fórum, a Roselaine. Nós três argumentamos que a questão do acolhimento, as políticas públicas de acolhimento é um dever do poder público, que o COMUI não pode usar o fundo, que é das entidades, um valor das entidades para custear vagas que o poder público deveria se responsabilizar. Então, nós fomos bastante veementes nisso. Em vários momentos ele nos perguntou da nossa relação com a Prefeitura e a gente foi bastante transparente, dissemos que, olha, nós aguardamos reunião, o Prefeito não nos recebe, o Prefeito não traz aquilo que a gente espera, né, do poder público, principalmente enquanto COMUI. E aí a Eleonora e a Anete trouxeram o histórico dos editais anteriores, que a Prefeitura se comprometeu em dar continuidade à política das vagas e que não deu, que depois assinou e novamente não cumpriu o acordado, né. Então, isso ficou bem claro. E para finalizar ele nos pediu um documento dos nossos procedimentos e dos nossos processos. A gente falou do edital, que estamos trabalhando em cima de um novo edital e ele ficou bem curioso sobre esse edital, né. Então, ele fez vários questionamentos, várias perguntas e depois nos pediu o nome de quem estava representando e as entidades, que a gente mandou ontem, na verdade, a Lira fez um ofício encaminhando o nome de quem estava presente na reunião. Segundo ele para constar em ata, né, ele faria uma ata e encaminharia ao Prefeito da nossa conversa. Ficou muito claro que ele veio a mando do Prefeito, no intuito de alguma forma sensibilizar o COMUI para que a gente pudesse de novo custear as vagas, enfim, ou pelo menos ajudar o poder público com o recurso do fundo no programa de acolhimento da população idosa. Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães Cristal: Ele trabalha muito com a saúde também, ele citou que tem 150 vagas judicializadas. Então, nós temos esse dados, que é bem menor, pela assistência e eu deduzo que as outras são pela saúde, né, que ele chegou no total de 150. Mas nós deixamos muito claro porque o COMUI não pode se comprometer com valores para custear as vagas a vida inteira. Nós não temos um recurso fixo, que entre todos os anos um valor "x" que dê para custear. E mesmo assim, se nós arrecadarmos no final do ano 20 milhões, o que fica retido é 5%, 5% de 20

617

618

619

620

621

622

623

624

625

626

627 628

629

630

631

632

633

634

635

636

637

638

639

640 641

642

643

644

645

646

647

648

649

650

651

652

653

654

655

656

657

658 659

660

661

662

663

664

milhões é 1 milhão. Não dá para custear nada de vaga do grau III. Nós explicamos para ele o porquê das nossas negativas, porque a ideia é que o COMUI tem dinheiro, pode pagar. Não, esse dinheiro não é do COMUI, esse dinheiro que entra é das instituições, o que fica retido é 5%, mas esses 5% não podem assumir um compromisso de custear vagas para o resto da vida, né. Então, ele entendeu, não tinha ciência disso. A gente sentiu como uma leve pressão, mas não nos sentimos pressionadas não! [Risos]. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: É, eu acho que ele foi para a reunião só com a versão do Prefeito e o Prefeito a gente sabe qual é a versão que ele tem a respeito dos fundos e do COMUI. Então, a gente esclareceu o outro lado, a percepção que o COMUI tem sobre as políticas públicas que precisam ser pensadas pela Prefeitura. Então, eu acho que agora ele tem as duas versões, de ambos os lados e que agora ele possa tomar uma decisão, se ele vai dar o canetaço ou não. Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães Cristal: Mas é que já tem bloqueios de valores, né, porque a Prefeitura não está pagando. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Enfim, falamos também sobre as questões das alterações no Conselho, que o Prefeito disse que pretende fazer e ele foi muito... Eu acho que muito displicente, eu acho que esse é o termo que me parece melhor usar, porque ele simplesmente rio e disse assim: "Eu escuto isso há muito tempo e todos os governantes querem tornar os conselhos só consultivos, porque eles sofrem, é através dos conselhos que eles sofrem a pressão da sociedade civil". E ele disse: "A gente sabe que o Prefeito não vai conseguir". Eu disse: "Olha, eu acho que o senhor está enganado, porque o Conselho da Educação já foi mexido e o Prefeito sim mexeu à revelia, seguer consultou o Conselho sobre o que deveria ou o que não deveria ser mexido". Então, ele disse: "Não, não se preocupem com isso, porque não vai acontecer, esse é o sonho de todo o governante, mas não vai acontecer". Tipo, ele meio que menosprezou a nossa preocupação e isso e me deixou preocupada, eu falei para as gurias depois. A gente está vendo a coisa acontecer e aí o juiz vem e diz que não, que isso é só para pressionar, é só para dizer que vai fazer. A gente percebeu que não vai ser assim, né. Então, fiquei bastante preocupada com essa última frase dele, mas aí ele já estava encerrando a reunião e a gente não conseguiu mais discutir sobre isso. Bom, da reunião, então, era isso. A gente trouxe a título bem de informe para vocês entenderem onde estamos caminhando e as preocupações que a gente trazendo, para que vocês também figuem cientes. Ok, era isso? Então, hoje nenhuma outra consideração? Boa tarde para todos, obrigada. Então, até mais.

666

667

668

669 670

671

672

673

674 675

676

677

678

679

680

681

682 683

684

685

686

687

688

689

690

691

692

693

694 695

696 697

698 699

700

701 702 Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião virtual da Plenária do Conselho Municipal do Idoso, às 16h30min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa Ribeiro, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.